



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

13/12/2018

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. VARA CRIMINAL.....	1
2. JORNAL CORREIO POPULAR	
2.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	2
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. AÇÕES CORREGEDORIA.....	3 - 4
3.2. DESEMBARGADOR.....	5
4. JORNAL EXTRA	
4.1. JUÍZES.....	6 - 7
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. INSTITUCIONAL.....	8
5.2. JUÍZES.....	9 - 10
5.3. PROGRAMA JUSTIÇA CIDADÃ	11
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. DESEMBARGADOR.....	12
7. JORNAL O PROGRESSO	
7.1. AÇÕES CORREGEDORIA.....	13 - 14
7.2. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	15
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. DECISÕES.....	16 - 18
8.2. DESEMBARGADOR.....	19
8.3. PROGRAMA JUSTIÇA CIDADÃ	20
9. JORNAL VALOR ECONÔMICO	
9.1. CNJ.....	21



Assassinos do prefeito Bertin são condenados a mais de 34 anos de prisão

Os três ex-policiais militares acusados da morte do prefeito de Presidente Vargas, Raimundo Bartolomeu dos Santos, o 'Bertin', foram condenados a mais de 34 anos de prisão. O julgamento durou três dias e terminou nesta quarta-feira (12) em Itapecuru-Mirim.

“O que a gente pode observar é que nós tivemos um julgamento tranquilo, um julgamento onde os preceitos legais foram observados por todas as partes. A plenitude de defesa foi observada. Então o resultado é o resultado mais justo dentro de todos os ditames legais e constitucionais possíveis para a situação”, declarou a juíza Mirela Freitas.

Os advogados de defesa afirmaram que tentarão modificar a sentença. “Sempre. Sempre qualquer injustiça tem que ser perseguida via o recurso”, contou o advogado Márcio Coutinho.

Os ex-pms José Evangelista, Raimundo Salgado e Benedito Serrão são acusados pelo Ministério Público de serem os assassinos do prefeito em uma emboscada na BR-222, em março de 2007.

MARANHÃO

Aberto 1º Mutirão de Renegociação de Dívidas tributárias estaduais

As negociações estão sendo realizadas nos 217 municípios maranhenses. O desembargador lembrou que o evento trabalha em duas frentes de negociação

Quem procura uma boa oportunidade para regularizar seus débitos tributários com o Estado pode resolver suas pendências no 1º Mutirão de Renegociação de Dívidas, evento que começou na segunda-feira (10), numa parceria do Governo do Estado do Maranhão e o Tribunal de Justiça (TJMA). As negociações estão sendo realizadas nos 217 municípios maranhenses.

Os atendimentos são voltados aos contribuintes que respondem judicialmente por débitos de IPVA, ICMS, contas de água e outras dívidas com a Fazenda Pública Estadual, independente da causa ter sido ajuizada ou não. "Antes, o Tribunal de Justiça buscava uma solução apenas por processos, mas passamos a perceber a necessidade de agir de forma preventiva. Aqui [Mutirão] é um espaço muito interessante, pois nós estamos trabalhando com os débitos fiscais. Quando o Estado se sensibiliza e proporciona melhores formas de pagamento da dívida e o contribuinte se mobiliza no sentido de quitar sua dívida, precisamos desempenhar o papel de pacificador, pensando no bem maior da sociedade, que requer segurança, saúde e educação, que são custea-



das com o que é contratado dessas dívidas com o Estado", disse o coordenador do Núcleo de Conciliação e Soluções de Conflitos do TJMA, juiz Alexandre Abreu.

O presidente do Núcleo de Conciliação e Soluções de Conflitos do TJMA, desembargador José Luiz Almeida, descreveu o Mutirão de Renegociação de Dívidas como "Espaço de Racionalidade", pois, nele, as partes conflitantes podem dialogar na busca por um denominador comum. "Quando você abre um espaço como esse, você possibilita que as partes se sentem em uma mesa de negociação. Cada um cedendo um pouco, terminam convergindo para uma solução do conflito e com uma maior rapidez".

O desembargador lembrou que o evento trabalha em duas frentes de negociação. "Nós já estamos trabalhando com problemas que estão judicializados, onde chamamos as partes para conversar. E tem os débitos que ainda não foram judicializados. O espectro é amplo, a possibilidade de negociação é muito ampla. Esperamos que o cidadão nos procure para agilizar a negociação".

O procurador do Estado Luis Felipe Rodrigues, que integra a equipe da Procuradoria do Contencioso Fiscal, desta-

cou que o Estado tem dispensado a cobrança de juros e multas e que os acertos a serem feitos vão ajudar na arrecadação de tributos necessários para o desenvolvimento das atividades do ente público.

"Queremos fazer as negociações, para melhorar a situação de cada contribuinte.

Tanto que o Estado está oferecendo uma diminuição de multas e juros, que podem chegar até 100% do valor que foi ou seria acrescido. Estamos dando a facilidade de finalizar processos judiciais, onde o contribuinte pode levar a maior vantagem. Com isso, podemos arrecadar mais, o que significa um ganho para toda a sociedade, tendo em vista que todo arrecado é empregado nos serviços públicos".

O 1º Mutirão de Renegociação de Dívidas segue até o dia 19. Em São Luís, são três postos de atendimento presencial: sede do Tribunal de Justiça, Fórum Desembargador Sarney Costa e Secretaria de Fazenda do Estado. Há, ainda, a possibilidade de transação online, no endereço eletrônico. (**Agência de Notícias/Gov. do MA**)

CONCILIAÇÃO E SOLUÇÃO DE CONFLITOS 2018 (TJMA)

Total
Agendamentos: 22.262
Audiências realizadas: 11.696
Total de acordos: 5.545 (47,4% das audiências realizadas)
Fonte: Sistema Atende do TJMA.

Processuais:
Agendamentos: 10.745

Audiências realizadas: 6.092
Total de acordos: 1.580 (25,9% das audiências realizadas)

Pré-Processuais:
Agendamentos: 11.508
Audiências realizadas: 5.604
Total de acordos: 3.965 (70,7% das audiências realizadas)



Foi um sucesso o megaleilão realizado ontem pela Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão, com o arremate de todos 562 lotes de veículos e estimativa de arrecadar milhões. GERAL 3

Leilão de veículos do Judiciário estima arrecadar milhões

Vip Leilões reuniu 562 lotes para alienação; montante arrecadado será depositado em processos e, dependendo do resultado, poderá ser revertido para a sociedade

Um total de 562 veículos foram arrematados no 1º Megaleilão Estadual de Veículos Automotores promovido pela Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão (CGJ-MA), que aconteceu ontem (12), no auditório da Vip Leilões, localizado no Km-07 da BR-135, na região do Distrito Industrial, no bairro Maracanã. O evento ofertou caminhões, caminhonetes, motos e reboques, vinculados a processos judiciais cíveis e criminais, assim como outros depositados em pátios de fóruns e de ordem pública. Segundo estimativas, o montante arrecadado deve ser milionário.

A iniciativa teve participação não só de compradores que se dirigiram ao auditório da leiloeira responsável, mas, também, daqueles que acessaram o site da Vip Leilões e acompanharam as ofertas, isto é, com abrangência nacional, uma vez que interessados de outros estados puderam dar seus lances e adquirir veículos aproveitáveis por preços atrativos e acessíveis. As sucatas também compuseram a tabela de ofertas, cujas peças poderão ser reaproveitadas em fardos metálicos.

Os veículos leiloados são oriundos de apreensões que, aguardando

MAIS

Responsabilidades

De acordo com o edital do leilão, o Poder Judiciário ou o Leiloeiro Oficial não têm responsabilidade ou ônus quanto a consertos, reparos, reposições de peças, remarcação de chassi e/ou motor, ajuste ou adaptação exigida pelo órgão de trânsito para realização da vistoria obrigatória e necessária à transferência para o nome do arrematante.

decisões processuais - que decorrem e requerem por mais tempo -, pereceriam aos efeitos, também, deste mesmo intervalo do curso processual. "Por uma ação inédita e inovadora, a Justiça do Maranhão leva esses veículos a leilão e deposita esses valores [arrecadados] à disposição do processo, fazendo com que os envolvidos, o Judiciário e o cidadão, não percam", pontuou o leiloeiro público oficial Vicente de Paulo Albuquerque Filho.

"A intenção do Poder Judiciário



Paulo Soares

Foi muito concorrido o megaleilão realizado ontem, pela Corregedoria

do Maranhão, em conjunto com os leiloeiros cadastrados, é evitar que os veículos sejam sucateados enquanto estiverem em disputa judicial. No caso dos valores oriundos do leilão e depositados em processos sem identificação dos veículos, estes serão revestidos para o tesouro estadual e, conseqüentemente, transformados em prestação de serviços para a sociedade", completou o juiz Raimundo Bogéa.

Outros benefícios

Os veículos arrematados terão seus débitos de IPVA, multas, taxas e licenciamento existentes até a data do leilão, quitados pelo valor do

preço obtido em pregão, ficando o leiloeiro oficial autorizado a descontar e efetuar a quitação dos débitos existentes para o respectivo desconto na prestação de contas. No entanto, os arrematantes são responsáveis pela regularização física dos veículos e sua apresentação dos para inspeção veicular obrigatória (vistoria) junto ao Detran/MA, necessária à transferência dos veículos. ●

 **VÍDEO NA
VERSÃO DIGITAL**

oestadoma.com



**PERGENTINO
HOLANDA**

ph@mirante.com.br

@holandaph

Membro
do
TRE-MA

Ganhou calorosos aplausos nos meios jurídicos do Estado a escolha do desembargador Tyrone José Silva como o mais novo Membro Titular do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), na categoria Desembargador. Ele sucederá ao

não menos aplaudido colega Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe, no cargo de Membro Titular daquela Corte Eleitoral. O desembargador Ricardo, como se sabe, encerra no dia 23 de fevereiro de 2019 o seu primeiro biênio no cargo.

Juiz aposentado é preso em Bacabal por venda ilegal de gás de cozinha

PÁGINA 3

DEFESA

Juiz aposentado é preso em Bacabal por venda ilegal de gás de cozinha

O juiz aposentado José Raimundo Sampaio Silva foi preso ontem e levado à delegacia de polícia da cidade de Bacabal, por venda ilegal de gás de cozinha, de acordo como uma fonte daquele município

Conforme a fonte, o ex-magistrado, que foi aposentado compulsoriamente pelo CNJ, por envolvimento em irregularidades, mantinha um posto de comercialização de gás, sem registro, completamente irregular. Esta não é a primeira vez que Sampaio ilustra o noticiário policial.

Em 30 de maio do ano passado, o Conselho Nacional



OS BOTIJÕES ESTAVAM SENDO VENDIDOS IRREGULARMENTE

de Justiça (CNJ) aposentou compulsoriamente o então juiz da 5ª Vara Cível da Comarca de São Luís/MA, por tratamento desigual às partes e não observância do dever de prudência em um processo envolvendo a Vale S/A.

Esta foi a segunda vez que o juiz havia recebido a pena de aposentadoria compulsória pelo CNJ – em 2015, ele foi condenado por faltas disciplinares com relação aos deveres de imparcialidade, retidão e serenidade na condução de cinco processos e recorreu da condenação no Supremo Tribunal Federal (STF).

Em Foco

Troca de lâmpadas



Nos próximos dias 17 e 18 de dezembro, estará disponível na sede do Tribunal de Justiça do Maranhão a troca de lâmpadas comuns por lâmpadas de led, em uma ação do Núcleo de Gestão Socioambiental do Tribunal em parceria com Companhia Energética do Maranhão (Cemar). No dia 19, as trocas serão disponibilizadas no Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís. Cada consumidor poderá trocar até cinco lâmpadas comuns em bom estado no quiosque da Cemar que será instalado na área externa do TJMA, próximo à Divisão Médica. Para efetivar a troca, o interessado deve levar documento de identificação e a conta de energia para cadastro da unidade consumidora. O objetivo da campanha é sensibilizar a sociedade para o consumo sustentável de energia elétrica por meio do uso de um material como a lâmpada led, que ajuda a reduzir, em média, 35% do consumo de energia elétrica por ano, diminuindo o valor da conta de luz e contribuindo com o meio ambiente.

Última Hora

Comenda entregue ao prefeito Edivaldo



Aconteceu na sala de reunião do Palácio La Ravardiere, sede da Prefeitura em São Luís, a cerimônia de entrega da Medalha de Ordem do Mérito do Trabalho Getúlio Vargas a duas personalidades, o juiz Osmar Gomes e o prefeito Edivaldo Holanda Júnior.

A comenda foi entregue por um representante do Ministério do Trabalho, e contou com a presença de familiares dos homenageados e servidores da casa legislativa.

Osmar Filho parabenizou os dois pela honraria e destacou o importante trabalho prestado em prol da cidade. “Uma homenagem merecida e justa, é o reconhecimento pelo relevante trabalho que os dois fizeram pelo desenvolvimento e modernização das relações de trabalho para a capital, o estado e o Brasil”, destacou Osmar.

HOMENAGEM

Osmar Filho prestigia entrega de comenda ao juiz Osmar Gomes

Aconteceu na tarde de terça-feira (11), na sala de reunião do Palácio La Ravardiere, sede da Prefeitura em São Luís, a cerimônia de entrega da Medalha de Ordem do Mérito do Trabalho Getúlio Vargas a duas personalidades, o juiz Osmar Gomes e o prefeito Edivaldo Holanda Júnior.

A comenda foi entregue por um representante do Ministério do Trabalho, e contou com a presença de familiares dos homenageados e servidores da casa legislativa.

O futuro presidente da Câmara Municipal de São Luís, o vereador Osmar Filho (PDT), participou do ato acompanhado da sua esposa e mãe.

Durante a solenidade, Osmar parabenizou os dois pela honraria e destacou o



importante trabalho prestado em prol da cidade.

“Uma homenagem merecida e justa, é o reconhecimento pelo relevante traba-

lho que os dois fizeram pelo desenvolvimento e modernização das relações de trabalho para a capital, o estado e o Brasil”, destacou Osmar.

O encontro contou também com a presença do vereador e deputado federal eleito, Pedro Lucas Fernandes. **Fonte: Blog Suêlda Santos**

Na Pista

JUSTIÇA CIDADÃ

O tema deste sábado (15), ao meio-dia, do programa Justiça Cidadã, na TV Assembleia (Digital, Canal 51.2 – TVN, Canal 17) será Tribunal do Júri. Quem vai falar sobre o assunto é o juiz Osmar Gomes dos Santos, titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís. O juiz será entrevistado pelos apresentadores Heider Lucena e Amanda Campos, que vão destacar, entre outros pontos, o fato de novembro ter sido instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como o mês nacional do Júri, quando magistrados de todo o país realizam esforço concentrado para dar prioridade a julgamentos de crimes dolosos contra a vida. Em 2017, os juízes maranhenses realizaram mais de 180 sessões do júri popular, número que foi superado este ano, com mais de 200 sessões agendadas. A edição deste sábado fala também sobre os mutirões que a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão está realizando para reduzir os acervos e acelerar o andamento de processos na Justiça de 1º grau e sobre o edital publicado pelo Judiciário para eliminação de 150 mil processos físicos arquivados.

RIBAMAR PINHEIRO (TJMA)



**Desembargador
Tyrone José
Silva eleito
membro
efetivo do TRE**

POLÍTICA

CORTE ELEITORAL

Tyrone eleito membro efetivo do TRE-MA

Com 18 votos dos 26 desembargadores presentes à sessão plenária administrativa extraordinária do Tribunal de Justiça da manhã desta quarta, 12 de dezembro, o desembargador Tyrone Silva foi eleito membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão para a vaga que será aberta com o fim do biênio do desembargador Ricardo Duailibe em 23 de fevereiro de 2019.

Pelo perfil @tremaranhao da rede social Instagram foi feita a cobertura da eleição através das histórias temporárias (que somem após 24h) e ainda transmitida ao vivo.

Também concorreu à vaga o desembargador Jaime Ferreira de Araujo, que recebeu 8 votos. Estavam ausentes à votação os desembargadores Paulo Velten, Guerreiro Junior, Jorge Rachid e José Ribamar Castro.

“Honrarei o voto de cada um e estarei à disposição de todos”, agradeceu o desembargador Tyrone Silva à confiança de seus pares.

Judiciário realiza leilão com 562 veículos

Josy Lord



Abertura do leilão aconteceu na manhã desta quarta-feira, 12

Registrando mais de 36,5 mil visitantes e 1.205 participantes, foi aberto na manhã dessa quarta-feira (12) o 1º Megaleilão Estadual de Veículos Automotores do Poder Judiciário maranhense, que disponibilizou 562 veículos para alienação, entre caminhões,

caminhonetes, motos e reboques, vinculados a processos judiciais cíveis e criminais, e aqueles depositados nos pátios dos fóruns, sob custódia do Judiciário. O primeiro bem arrematado, às 9h, foi um veículo Toyota Hilux SRV, ano/modelo 2015/2015, que foi ali-

enado pelo valor de R\$ 106.100,00 (cento e seis mil e cem reais).

A abertura do leilão foi feita pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Joaquim Figueiredo, e pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo

Carvalho Silva, por meio de videoconferência a partir da Sessão Plenária do TJMA. No local do leilão presencial, participaram os juízes auxiliares da CGJ-MA Raimundo Bogéa, Kariny Reis, Francisca Galiza e Marcelo Moreira (diretor).

O leilão prossegue até o esgotamento dos lotes disponíveis, e acontece de forma presencial – no Auditório da “Vip Leilões” (BR-135, km 07, nº 05. Distrito Industrial, bairro Maracanã, em São Luís) –, e simultaneamente pela internet – por meio de login e senha obtidos no site: www.vipleiloes.com.br, sob o comando do leiloeiro público oficial Vicente de Paulo Filho, credenciado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

O leiloeiro oficial Vicente de Paulo Filho iniciou o pregão registrando que esse é o maior leilão de veículos realizado no Estado, e destacando a inovação que iniciativa do Poder Judiciário representa. “Hoje os números ultrapassa-

ram todos os leilões que realizamos na história, com 562 lotes de veículos”, observou.

O juiz auxiliar da Corregedoria Raimundo Bogéa, responsável pelo projeto, destacou o empenho da equipe da Vip Leilões, servidores e magistrados para a realização do leilão, iniciado após visitas feitas pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, a vários fóruns do interior, onde constatou a existência de veículos expostos a deterioração e servindo como vetores de doenças. Ele explicou ainda que o leilão também traz vantagens às partes ou pessoas que possam eventualmente reivindicar os bens, uma vez que os valores arrecadados são depositados em conta judicial e sob juro da caderneta de poupança acrescidos da taxa referencial (TR). “Os valores arrecadados com os veículos vendidos como sucata serão revertidos só tesouro estadual, o que vai trazer benefícios para toda a sociedade”, disse.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, deslocou-se até o pátio da Vip Leilões para presenciar as primeiras alienações de veículos e participar de um ato de arrematação. “O Megaleilão de veículos será um projeto permanente do Poder Judiciário, buscando dar uma destinação adequada e evitar a deterioração dos veículos apreendidos”, informou.

Regras - O edital do 1º Megaleilão de Veículos foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico de 21 de novembro, nos endereços eletrônicos - www.vipleiloes.com.br -, e nos fóruns aos quais os veículos estavam vinculados. O prazo de impugnação ao edital foi encerrado no dia 5 de dezembro.

Os veículos ficaram disponíveis para vistoria pelos interessados nos endereços da

Vip Leilões em São Luís, Imperatriz e Presidente Dutra e no Fórum de Balsas, nos endereços indicados no Anexo do Edital.

Os bens são arrematados pelo valor do maior lance ofertado, desde que não seja inferior ao valor da avaliação do edital. A avaliação mínima oficial serve de base para os lances iniciais.

Valor - O arrematante pagará 100% do preço vencedor ofertado, mais o percentual de 5% sobre o valor final do bem arrematado a título de comissão do leiloeiro, e, ainda, os valores de custas de documentação reembolsos e taxas listados no anexo I do edital. O pagamento pelo arrematante é feito integralmente à vista, no prazo de 24h. Os arrematantes terão o prazo de até 10 dias, contados da data de arrematação, para retirada dos lotes dos locais em que se encontrarem.

Os veículos terão seus débitos de IPVA, multas, taxas e licenciamento existentes até a data do leilão, quitados pelo valor do preço obtido em pregão, ficando o leiloeiro oficial autorizado a descontar e efetuar a quitação dos débitos existentes para o respectivo desconto na prestação de contas. No entanto, os arrematantes são responsáveis pela regularização física dos veículos e sua apresentação dos para inspeção veicular obrigatória (vistoria) junto ao DETRAN-MA, necessária à transferência dos veículos.

De acordo com o Edital, o Poder Judiciário ou o Leiloeiro Oficial não têm responsabilidade ou ônus quanto a consertos, reparos, reposições de peças, remarcação de chassi e/ou motor, ajuste ou adaptação exigida pelo órgão de trânsito para realização da vistoria obrigatória e necessária à transferência para o nome do arrematante. (*Asscom- CGJ*)

Maranhão vai criar memorial para policiais e bombeiros mortos em combate

Josy Lord

Policiais civis, bombeiros e policiais militares mortos em razão da profissão terão dois memoriais denominados “Praça dos heróis maranhenses das forças de segurança”. O anúncio foi feito nessa terça-feira (11), na cerimônia de lançamento da campanha “Dezembro Cinza”, no auditório do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). A campanha, instituída por lei estadual em 2018, além de homenagear os policiais, procura manter viva a memória desses profissionais assassinados em virtude do trabalho que desenvolviam.

O evento, organizado pela Polícia Militar do Maranhão e o Instituto Soldado Fernandes Pantera, reuniu, no auditório Desa. Madalena Serejo, autoridades civis e militares, oficiais e praças, familiares dos policiais mortos, além de magistrados e servidores do Judiciário. Durante a cerimônia, algumas autoridades foram homenageadas com o laço cinza. Antônia Maria Póvoas, mãe do sargento Antonilson Póvoas que foi assassinado em agosto deste ano, recebeu, em nome dos demais familiares de vítimas, o laço símbolo da campanha.

O corregedor geral de Justiça, desembargador Marcelo Carvalho, elogiou a iniciativa da Secretaria de Segurança Pública e do Comando da Polícia Militar de criar os memoriais. “Vocês são gigantes”, disse, dirigindo-se aos oficiais e praças presentes na solenidade. “Aos familiares dos mortos, quero dizer que esses policiais serão tratados como

heróis”, afirmou. O corregedor também destacou a parceria do Judiciário com o Governo do Maranhão para a criação da nova Central de Inquéritos e Custódia.

O secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, explicou que o memorial em homenagem aos policiais civis será instalado na sede da secretaria. O memorial dos bombeiros e policiais militares funcionará no prédio do Comando Geral da PMMA. “Este momento não é só de homenagens. É para lembrarmos desses policiais que o crime, a maldade humana tirou de nós”, afirmou. Ele lembra que no final de 2014, antes de assumir o cargo, recebeu uma lista com 22 nomes de policiais assassinados naquele ano. “Criminosos que atacarem policiais só terão um fim: perder para a força do Estado. Quem tombará serão os bandidos, não os policiais. E será este comando que vamos manter até o final da nossa gestão”, garantiu o secretário.

O comandante geral da PMMA, coronel Jorge Luongo, saudou a memória dos policiais mortos em combate. “Os policiais são homens e mulheres que trabalham diuturnamente para garantir a segurança do nosso estado”, disse.

O juiz José Edilson Caridade, representando a diretora do Fórum de São Luís, juíza Diva Maria de Barros Mendes, solidarizou-se com os colegas de farda e familiares dos policiais assassinados. “Esses heróis ofereceram seu bem maior – suas vidas – em prol



O anúncio foi feito no lançamento da campanha “Dezembro Cinza”

de uma sociedade mais ordeira, mais justa. Na memória afetiva de todos nós, esses heróis nunca serão esquecidos”, finalizou.

“Meu filho me deixou um dever de casa, que foi criar o instituto, que acabou recebendo o nome dele em virtude de sua morte. Foi ele que criou o ‘Dezembro Cinza’ e eu, como mãe, coloquei em prática”, disse emocionada Tati Fernandes, presidente do Instituto Soldado Fernandes Pantera. Foi da entidade a proposta de criação da campanha instituída pela lei estadual nº 10.790 de 24.01.2018. O soldado James de Oliveira Fernandes foi assassinado aos 32 anos, após confronto com criminosos, na cidade de Arari-MA.

Jefferson Portela informou que apresentará na reunião dos secretários estaduais de Segurança Pública, em janeiro de 2019, a proposta de instituição do “Dezembro Cinza” em todas as unidades da federação, para reconhecer como heróis os policiais mortos em atividade e enaltecer

esses profissionais.

Presentes na cerimônia de lançamento da campanha também os juízes Manoel Matos, Nelson Rego, Ana Maria Almeida, Alexandre Abreu, Reinaldo de Jesus e José Américo Abreu; o delegado geral da Polícia Civil, Leonardo Diniz; o subcomandante da PMMA, coronel Pedro de Jesus Ribeiro; a presidente da Comissão de Direito Militar da OAB-MA, Ana Carina Castro; e o diretor de Segurança Institucional do TJMA, tenente-coronel Alexandre Nunes.

Programação

Nessa quarta-feira (12), às 18h50, no Santuário de São José de Ribamar, foi realizado culto ecumênico para os policiais e bombeiros mortos em combate. Houve, ainda, ato de posicionamento das cruzes que foram fincadas em local público simbolizando o número de policiais mortos no Maranhão. *(Valquíria Santana - Núcleo de Comunicação do Fórum de São Luís)*

Prefeito de Matões do Norte é condenado por nomear servidores sem concurso público

FOTO: DIVULGAÇÃO



O ex-prefeito Domingos Correa foi condenado por ter nomeado pessoas que não fizeram concurso

O prefeito municipal de Matões do Norte, Domingos Costa Correa, foi condenado pelo Judiciário de Cantanhede pela prática de improbidade administrativa, por ter contratado mais de 120 servidores temporários para o cargo de professor no município, havendo 84 candidatos aprovados e dentro do número de vagas do último concurso público, realizado em 2015. A sentença, do juiz Paulo do Nascimento Junior p, titular da comarca de Cantanhede, penalizou o prefeito com o pagamento de multa civil no valor correspondente a dez vezes a última remuneração mensal; a suspensão dos direitos políticos, pelo período de três anos e a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente pelo prazo de três anos.

A ação foi fundamentada no Procedimento Administrativo nº 036-2017-PJC, instaurado na Promotoria de Justiça, para apurar contratações temporárias ocorridas

no Município de Matões do Norte, sem excepcional interesse público, apesar da existência de candidatos aprovados dentro do número de vagas oferecidas no último concurso (Edital nº 1/2015), com validade de dois anos, a partir de 18 de maio de 2016.

Foi constatado que, no primeiro dia útil do seu mandato, o gestor celebrou mais de 120 contratos temporários e deixou de realizar a nomeação dos aprovados em

concurso público (antes mesmo da vigência da Lei 174/2017 - ocorrida em 24.02.2017). Os contratados temporariamente exerciam funções típicas de cargo cujo provimento exige prévia aprovação em concurso de ingresso, inconfundíveis com os típicos de chefia, direção e assessoramento, e que não se enquadram nas situações excepcionais.

LEI

O réu alegou não haver

demonstração de lesão. Que a Constituição Federal autoriza a contratação por tempo determinado e que cabe ao município dispor sobre os casos que são objetos de contratação temporária no âmbito de sua circunscrição, não devendo, neste caso, submissão aos dispositivos constitucionais e estaduais. Argumentou ainda que as contratações realizadas conforme a Lei 174/2017 foram encerradas em dezembro de 2017, cabendo ao município dispor sobre o momento oportuno da convocação dos aprovados no concurso público. Na análise do processo, o juiz observou que o conjunto de provas juntado aos autos não deixa margem a dúvidas que a prática ilícita foi executada em larga escala, o que demonstra desprezo pelo princípio da moralidade administrativa e pela regra constitucional que outorga a todos os cidadãos igualdade de oportunidade no acesso aos cargos públicos.

Justiça condena ex-prefeito de Penalva por ato de improbidade administrativa

O Ministério Público Federal (MPF) no Maranhão conseguiu na Justiça Federal a condenação e a indisponibilidade de bens do ex-prefeito do município de Penalva Lourival de Nazaré Vieira Gama por improbidade administrativa caracterizada pela identificação de vícios de execução de programas supervisionados pelos Ministérios da Assistência Social, Educação, Saúde, Previdência Social, Desenvolvimento Agrário e Integração Nacional. O MPF destaca que as

irregularidades foram identificadas em fiscalização realizada pela Controladoria-Geral da União, em 2003. Entre as irregularidades destacam-se fraudes em procedimentos licitatórios; dispensa de licitação para a aquisição de um barco para passageiros; não aplicação de 60% dos recursos do Fundef; não comprovação das despesas e utilização dos recursos; deficiência na distribuição, preparo e disponibilidade da merenda escolar e recebimento indevido de

benefícios. O valor dos recursos aplicados de forma irregular por Lourival Gama é de R\$ 702.243,28.

O art. 12 da Lei nº 8.429/92, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, determina que “independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito à cominações, que podem ser aplicadas isolada

ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato”. Diante disso, a Justiça Federal determinou que Lourival de Nazaré Vieira Gama tenha os direitos políticos suspensos pelo prazo de cinco anos e seja proibido de contratar com o Poder Público ou receber benefícios fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de três anos. Deve ainda ressarcir aos cofres do FNDE o valor de R\$ 43.043,37 e pagar multa civil correspondente a esse valor.

Informe JP

Bens de prefeito bloqueados

O juiz Antônio Elias de Queiroga Filho, titular da Primeira Vara da Comarca de Barra do Corda, concedeu tutela antecipada com efeito cautelar determinando a indisponibilidade de bens do prefeito de Barra do Corda, Eric Costa (PCdoB), e de outras sete pessoas e uma empresa. Motivo: supostas irregularidades numa licitação referente à contratação de serviços gráficos para a administração municipal.

R\$ 2,4 milhões indisponíveis

O valor total da indisponibilidade dos bens perfaz mais de R\$ 2,4 milhões.

Além do prefeito de Barra do Corda, foram alcançados pela decisão Wilson Antonio Nunes Mouzinho, Francisco de Assis Fonseca, João Caetano de Sousa, José Arnaldo Leão Neto, Oilson de Araújo Lima, Richardson Lima Cruz e a R. L. Cruz Gráfica, conhecida no mercado como Gráfica e Editora Center.

Desde 2015

A investigação envolvendo Eric Costa teve início com uma representação ao Ministério Público Estadual protocolada, em 2015, pelos então vereadores Dora Nogueira (PTdoB, atual Avante), Nilda Barbalho (PV), Chico do Rosário (PTB) e Graça do Ivan (PMN).



“Honrarei o voto de cada um e estarei à disposição de todos”, agradeceu o desembargador Tyrone Silva à confiança de seus pares. Ele foi eleito com 18 votos dos 26 desembargadores presentes à sessão plenária administrativa extraordinária do Tribunal de Justiça da manhã de ontem

Kátia Persovisan

katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br

Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>

Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>

CONTEXTO



Rapidinhas

- O tema deste sábado (15), ao meio-dia, do programa Justiça Cidadã, na TV Assembleia (Digital, Canal 51.2 – TVN, Canal 17) será Tribunal do Júri. Quem vai falar sobre o assunto é o juiz Osmar Gomes dos Santos, titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís.
- O juiz será entrevistado

pelos apresentadores Heider Lucena e Amanda Campos, que vão destacar, entre outros pontos, o fato de novembro ter sido instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como o mês nacional do Júri, quando magistrados de todo o país realizam esforço concentrado para dar prioridade a julgamentos de crimes dolosos contra a vida.
